



***UFV Manga Geração de Energia
Elétrica Distribuída S.A.***

*Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras
de 31 de dezembro de 2021*



An independente member of Kreston Global network



UFV MANGA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DISTRIBUIDA S.A.
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

ÍNDICE

Relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras.....	3
Balanco Patrimonial	7
Demonstração do Resultado	8
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstração dos Fluxos de Caixa	10
Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras.....	11

Abreviaturas:

IRPJ	–	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
CSLL	–	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
IRRF	–	Imposto de Renda Retido na Fonte
COFINS	–	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
PIS	–	Programa de Integração Social



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas e administradores da
UFV MANGA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DISTRIBUIDA S.A
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Ufv Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ufv Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

demonstrações financeiras

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da entidade para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da entidade e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 11 de março de 2022

**KRESTON PARTNERSHIP AUDITORES
INDEPENDENTES S/S
CRC 2SP023408/O-2**

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Julio Luiz Baffini", is written over the printed name below.

**JULIO LUIZ BAFFINI
CONTADOR - CRC 1SP162773/O-2**

UFV MANGA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DISTRIBUIDA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando incluído de outra forma)

	Nota	2021	2020
ATIVO			
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	2.272	498
Contas a Receber	5	44	544
Partes Relacionadas	7	35	70
Adiantamento a Fornecedores	6	409	418
Impostos a Recuperar		1	11
Outras Contas a Receber		6	7
		<u>2.767</u>	<u>1.548</u>
NÃO CIRCULANTE			
Partes Relacionadas	7	93	93
Imobilizado	8	20.107	20.160
Intangível	9	80	1.863
		<u>20.280</u>	<u>22.116</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>23.047</u>	<u>23.664</u>

	Nota	2021	2020
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Fornecedores		12	-
Arrendamentos	10	-	25
Impostos a Recolher	11	284	219
Partes Relacionadas	7	75	61
		<u>371</u>	<u>305</u>
NÃO CIRCULANTE			
Provisão para Desmobilização de Ativo	8	521	-
Arrendamentos	10	-	1.758
		<u>521</u>	<u>1.758</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	12		
Capital Social		21.236	21.236
Reserva Legal		292	77
Reserva de Lucros		627	288
		<u>22.155</u>	<u>21.601</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>23.047</u>	<u>23.664</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

UFV MANGA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DISTRIBUIDA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando incluído de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA			
Receita com Arrendamento e Aluguéis		6.271	3.411
(-) Impostos incidentes sobre as Receitas		(229)	(124)
	13	<u>6.042</u>	<u>3.287</u>
CUSTO DO ARRENDAMENTO			
Depreciação e Amortização		(848)	(892)
LUCRO BRUTO		<u>5.194</u>	<u>2.395</u>
Receitas (Despesas) Operacionais:			
Despesas Administrativas	14	(222)	(171)
Despesas Financeiras		(36)	(117)
Receitas Financeiras		18	-
		<u>(240)</u>	<u>(288)</u>
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>4.954</u>	<u>2.107</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	15	(482)	(342)
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	15	(182)	(98)
		<u>(664)</u>	<u>(440)</u>
LUCRO DO EXERCÍCIO		<u>4.290</u>	<u>1.667</u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

UFV MANGA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DISTRIBUIDA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando incluído de outra forma)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	21.236	-	-	(118)	21.118
Aumento de Capital (Nota 12a)	425	-	-	-	425
Redução de Capital (Nota 12a)	(425)	-	-	-	(425)
Lucro do Exercício	-	-	-	1.667	1.667
Reserva Legal (Nota 12b)	-	77	-	(77)	-
Dividendos (Nota 12c)	-	-	-	(1.184)	(1.184)
Reserva de Lucros	-	-	288	(288)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	21.236	77	288	-	21.601
Lucro do Exercício	-	-	-	4.290	4.290
Reserva Legal (Nota 12b)	-	215	-	(215)	-
Dividendos (Nota 12c)	-	-	-	(3.736)	(3.736)
Reserva de Lucros	-	-	339	(339)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	21.236	292	627	-	22.155

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

UFV MANGA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DISTRIBUIDA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando incluído de outra forma)

	2021	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro do Exercício	4.290	1.667
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com recursos provenientes das atividades operacionais		
Depreciação e Amortização (Nota 8)	848	892
	5.138	2.559
(Aumento) diminuição no ativo circulante e não circulante:		
Contas a Receber de Clientes	500	(544)
Adiantamento a Fornecedores	9	(36)
Impostos a Recuperar	10	-
Partes Relacionadas	49	(34)
Outras Contas a Receber	1	7
Aumento (diminuição) no passivo circulante e não circulante:		
Fornecedores	12	(21)
Arrendamentos	-	(61)
Impostos a Recolher	65	195
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	5.784	2.065
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aquisição de Ativo Imobilizado	(274)	(391)
Aquisição de Ativo Intangível	-	(80)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(274)	(471)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Aumento de Capital (Nota 12a)	-	425
Redução de Capital (Nota 12a)	-	(425)
Dividendos	(3.736)	(1.184)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(3.736)	(1.184)
Aumento no Caixa e Equivalente de Caixa	1.774	410
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do Exercício	2.272	498
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do Exercício	498	88
Aumento no Caixa e Equivalentes de Caixa	1.774	410

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

UFV MANGA GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DISTRIBUÍDA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais, exceto quando incluído de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Através do contrato social datado de 30 de abril de 2018 a sócia Mori Energia Holding S.A. constituiu a Companhia Ufv Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A.

A Companhia tem a denominação de Ufv Manga Geração de Energia Elétrica Distribuída S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado e rege-se pelo Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, incluindo a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”).

A Companhia tem sede e foro na Cidade de Manga, Estado de Minas Gerais, no imóvel denominado Fazenda Gameleira, situada à Rua São Sebastião, n.º 07, Bairro Santa Eulália, CEP 39.460-000, podendo criar ou extinguir filiais, em qualquer local do território nacional ou estrangeiro, por deliberação da Assembleia Geral.

A Companhia tem por objeto social: (i) instalação, operação, manutenção e aluguel de usinas fotovoltaicas de geração de energia elétrica; (ii) gerir contratos de aluguel, operação e manutenção de usinas fotovoltaicas de geração de energia elétrica; (iii) administrar a constituição de consórcios, cooperativas ou condomínios de consumidores de energia elétrica que aderirem ao Sistema de Compensação de Energia, conforme Resolução Normativa da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 482/2012, conforme alterada; (iv) participar em consórcios, cooperativas ou condomínios de consumidores de energia elétrica, que aderirem ao Sistema de Compensação de Energia, conforme Resolução ANEEL nº 482/2012, conforme alterada, o qual administre.

CORONAVIRUS (COVID 19)

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde – OMS anunciou que a COVID-19 era uma emergência de saúde global e em 11 de março de 2020 passou a tratar a doença como uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao seu impacto potencial, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar efeitos nos valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras.

A Companhia está trabalhando ativamente nas medidas de prevenção para auxiliar no controle da disseminação do Coronavírus (COVID-19), reforçando os protocolos de higiene, propagando informações sobre o tema em seus canais de comunicação internos e seguindo as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), cancelando eventos internos e viagens, adotando meios eletrônicos de comunicação, flexibilizando rotinas de trabalho para evitar aglomerações, adesão de trabalho remoto para diversos grupos de profissionais, dentre outras iniciativas. Até o presente momento a Administração da Companhia não identificou impactos significativos em suas operações.

Diante do atual cenário a Administração da Companhia analisou eventuais impactos frente as suas estimativas, julgamentos e premissas que pudessem impactar na recuperabilidade dos seus ativos e afetar a mensuração das provisões apresentadas nas referidas Demonstrações Financeiras por aumento de perdas esperadas ou alteração significativa aos riscos que a Companhia está exposta. Esta revisão considerou os eventos subsequentes ocorridos até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras e não foram identificados efeitos significativos que deveriam estar refletidos nas Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1) Declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A emissão das Demonstrações Financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 11 de março de 2022.

2.2) Base de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3) Moeda funcional e moeda de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.4) Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas Demonstrações Financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas são apresentadas a seguir:

3.1) Caixa e Equivalentes de Caixa

As disponibilidades são avaliadas pelo custo. Compreendem numerários em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos. As aplicações financeiras são registradas com base no valor da operação acrescida dos rendimentos auferidos.

3.2) Contas a Receber

As contas a receber são registradas pelos valores relacionados com a locação de usinas, os quais incluem os respectivos impostos. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não foi constituída provisão para os créditos de liquidação duvidosa com base na avaliação individual dos clientes.

3.3) Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado foram registrados pelo seu custo de aquisição, menos a depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada de acordo com a vida útil, e será revista prospectivamente, se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de depreciação.

3.4) Arrendamentos

CPC 06 R2 (IFRS 16) – “Operações de Arrendamento Mercantil”, a norma entrou em vigor em 01 de janeiro de 2019 e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: (i) contrato com prazo inferior ou igual a doze meses; e (ii) possua valor imaterial, tenha como base valores variáveis ou prazo indeterminado.

3.5) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) foram calculados com base no regime tributário de lucro presumido.

3.6) Receita com Arrendamento e Aluguéis

A receita advém da locação dos ativos de energia fotovoltaica (UFV) para Consórcio UFV Manga Ltda. que compartilham os direitos econômicos destes ativos.

A receita de locação é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. As receitas são reconhecidas em bases mensais pelo exercício do contrato de aluguel e arrendamentos.

3.7) Apuração do Resultado

É observado o regime de competência para registrar as receitas e despesas do exercício.

3.8) Novas Normas e Interpretações Ainda Não Adotadas

Durante o exercício de 2021 foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2021.

Pronunciamentos:	Alteração:
CPC 06 (R2) – Arrendamentos/IFRS 16 - <i>Leases</i> (i)	Reforma da taxa de juros de referência que permite substituir a taxa de juros efetiva de um ativo financeiro ou passivo financeiro por uma nova taxa economicamente equivalente.
CPC 11 – Contratos de Seguro/IFRS 4 - <i>Insurance Contracts</i>	
CPC 38 – Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração (revogado a partir de 1/01/2018)	
CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação/IFRS 7 - <i>Financial Instruments: Disclosures</i>	
CPC 48 – Instrumentos financeiros/IFRS 9 - <i>Financial Instruments</i>	

(i) Efeitos de COVID 19 nos contratos vincendos após 30/6/2021

As alterações foram avaliadas e adotadas pela Administração da Companhia, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto à sua aplicação.

Adicionalmente, o IASB (*International Accounting Standards Board*) trabalha com a emissão de novos pronunciamentos e revisão de pronunciamentos existentes, os quais entrarão em vigência somente em 01 de janeiro de 2023 com a convergência dos pronunciamentos pelo CPC, sendo:

Pronunciamentos:	Alteração:
IAS 1 – <i>Presentation of Financial Statements/IFRS – Practice Statements</i>	Institui o conceito de materialidade para a tomada de decisão sobre as divulgações das políticas contábeis.
IAS 8 – <i>Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors</i>	Esclarecimento à distinção entre mudança nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros.
IFRS 17 – <i>Insurance Contracts</i>	Norma não aplicável para a Companhia.

A Administração da Companhia está avaliando os impactos práticos que tais itens possam ter em suas demonstrações financeiras, na medida que os normativos estiverem regulamentados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2021	2020
Aplicações Financeiras	<u>2.272</u>	<u>498</u>
	<u>2.272</u>	<u>498</u>

5. CONTAS A RECEBER

	2021	2020
Duplicatas a Receber	<u>44</u>	<u>544</u>
	<u>44</u>	<u>544</u>

6. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

	2021	2020
Enersolar – Usinas	<u>126</u>	<u>137</u>
Marimex Despachos	<u>235</u>	<u>235</u>
Outros	<u>48</u>	<u>46</u>
	<u>409</u>	<u>418</u>

Os adiantamentos a fornecedores se referem a valores pagos para aquisição de bens e materiais aplicados na Companhia.

7. PARTES RELACIONADAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo Circulante:		
Consortio Manga	35	70
	<u>35</u>	<u>70</u>
Ativo Não Circulante:		
Mori Energia Holding	66	66
Outras	27	27
	<u>93</u>	<u>93</u>
	<u>128</u>	<u>163</u>
Passivo Circulante:		
Mori Energia Holding	75	61
	<u>75</u>	<u>61</u>

8. IMOBILIZADO

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Equipamentos e Instalações	21.271	20.997
Obrigação para Retirada de Ativos (a)	521	-
Depreciação	(1.685)	(837)
	<u>20.107</u>	<u>20.160</u>

A movimentação do ativo imobilizado está resumida da seguinte forma:

	<u>Custo</u>	<u>Depreciação</u>	<u>Valor líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	20.606	-	20.606
(+) Adições	391	(837)	(446)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	20.997	(837)	20.160
(+) Adições	274	(848)	(574)
(+) Obrigação para Retirada de Ativos (a)	521	-	521
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>21.792</u>	<u>(1.685)</u>	<u>20.107</u>

Em 2020, os encargos de depreciação foram iniciados uma vez que os bens foram disponibilizados para uso, em condições de funcionamento na forma pretendida pela Administração conforme contrato de arrendamento celebrado no decorrer de 2020 com prazo determinado de 25 anos (vida útil considerada pela Companhia, rentabilidade econômica dos bens de acordo com vigência do contrato).

(a) Obrigação para retirada de ativos/Provisão para desmobilização de ativos:

A UFV efetuou o registro de provisão para desmobilização de Ativos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente de acordo com as mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados.

Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

9. INTÁNGIVEL

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Direito de Uso – Terreno	-	1.844
Intangível – Servidão	80	80
Amortização	-	(61)
	<u>80</u>	<u>1.863</u>

A movimentação do Direito de Uso e do ativo intangível está resumida da seguinte forma:

	<u>Custo</u>	<u>Amortização</u>	<u>Valor líquido</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.844	(6)	1.838
(+) Adições	80	(55)	25
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.924	(61)	1.863
(+) Baixas	(1.844)	61	(1.783)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>80</u>	<u>-</u>	<u>80</u>

Em 2020, os valores relativos ao direito de uso e amortização são oriundos da adoção inicial do CPC 06 (R2) e advém do contrato de arrendamento de terreno onde estão implantados os empreendimentos de energia fotovoltaica com prazo de duração de 25 anos.

Em 2021 o respectivo valor foi baixado em contrapartida dos valores registrados na rubrica de Arrendamento (vide Nota 10).

10. ARRENDAMENTOS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Passivo Circulante:		
Arrendamentos	-	175
Ajuste a Valor Presente	-	(150)
	<u>-</u>	<u>25</u>
Passivo Não Circulante:		
Arrendamentos	-	4.043
Ajuste a Valor Presente	-	(2.285)
	<u>-</u>	<u>1.758</u>

Em 2020 a Companhia celebrou o contrato de locação do terreno, classificado como arrendamento mercantil operacional e seus valores mínimos são reajustados anualmente, conforme índices de inflação previstos no instrumento e adoção ao CPC 06 (R2).

Conforme política do grupo o levantamento e análise dos contratos considerados no escopo da norma foram considerados pela Companhia pelo valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo de arrendamento. A mensuração dos passivos de arrendamento compreende o fluxo futuro dos pagamentos mínimos de aluguel trazidos a valor presente, considerando o prazo remanescente dos contratos, e aplicando taxa de desconto. A taxa de desconto, corresponde à taxa incremental sobre os empréstimos de cada companhia do grupo com base no prazo médio de cada contrato de arrendamento.

Em 2021 a Administração deliberou e autorizou que as respectivas contraprestações dos aluguéis decorrentes da locação do terreno serão de responsabilidade direta do consórcio conforme clausula 4.2 dos contratos atrelados ao Direito de Uso. Baixando, portanto, o respectivo montante em contrapartida do Ativo intangível (vide Nota 9).

11. IMPOSTOS A RECOLHER

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
IRPJ	200	165
CSLL	44	30
COFINS	31	16
PIS	7	4
ISS	1	1
Outros	1	3
	<u>284</u>	<u>219</u>

12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social, aumento e redução de capital e transferência de participação

2021:

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2021 é de R\$21.236 mil representado por 21.235.933 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, através da subscrição e integralização pelos acionistas identificados no boletim de subscrição, na sede da Companhia e integralizados por meio de moeda corrente nacional.

Acionistas:	Quotas/Ações	R\$ mil	%
CEMIG Soluções Inteligentes em Energia S.A.	10.405.607	10.406	49%
Mori Energia Holding S.A.	10.830.326	10.830	51%
	<u>21.235.933</u>	<u>21.236</u>	<u>100%</u>

2020:

Conforme ata de assembleia geral extraordinária datada de 13 de julho de 2020 ocorreu aumento de capital no montante de R\$425 mil com a posterior diminuição de capital social através da ata de assembleia geral extraordinária datada de 30 de julho de 2020 no valor de R\$425 mil.

Em 30 de setembro de 2020 na sede social da Companhia e nos termos do Artigo 9º, alínea “h” do Estatuto Social, aprovou-se a transferência de 10.405.607 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondente a 49% do capital social total e votante de emissão da Companhia, detidas pela acionista MORI ENERGIA HOLDING S.A. para a CEMIG SOLUÇÕES INTELIGENTES EM ENERGIA S.A.

O Capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 é de R\$21.236 mil representado por 21.235.933 ações ordinárias nominativas sem valor nominal, através da subscrição e integralização pelos acionistas identificados no boletim de subscrição, na sede da Companhia e integralizados por meio de moeda corrente nacional.

Acionistas:	Quotas/Ações	R\$ mil	%
CEMIG Soluções Inteligentes em Energia S.A.	10.405.607	10.406	49%
Mori Energia Holding S.A.	10.830.326	10.830	51%
	21.235.933	21.236	100%

b) Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$215 mil de Reserva Legal em 2021 (R\$77 mil em 2020), correspondentes a 5% do lucro apurado no exercício, após a compensação de prejuízos anteriores.

	2021	2020
Lucro do Exercício	4.290	1.667
Prejuízo Acumulado	-	(118)
Base de cálculo	4.290	1.549
Reserva Legal - 5%	215	77

c) Dividendos

A Administração propôs a constituição e o posterior pagamento de dividendos no montante total de R\$3.736 mil (R\$1.184 mil em 2020). Vide quadro abaixo:

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Lucro do Exercício	4.290	1.667
Prejuízo Acumulado	-	(118)
	<u>4.290</u>	<u>1.549</u>
Reserva Legal - 5%	(215)	(77)
Base de cálculo	4.076	1.472
Dividendos obrigatórios - 25%	(1.019)	(368)
Dividendos complementares	(2.717)	(816)
	<u>(3.736)</u>	<u>(1.184)</u>

13. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita com Arrendamento e Aluguéis	6.271	3.411
Impostos incidentes sobre a Receita Bruta:		
(-) COFINS	(188)	(102)
(-) PIS	(41)	(22)
	<u>(229)</u>	<u>(124)</u>
	<u>6.042</u>	<u>3.287</u>

14. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Serviços de Terceiros	(107)	(95)
Materiais	(2)	(1)
Tributos	(30)	(46)
Seguros	-	(19)
Outros	(83)	(10)
	<u>(222)</u>	<u>(171)</u>

15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – LUCRO PRESUMIDO

2021:

	IRPJ		CSLL	
	(%)	2021	(%)	2021
Receita com Arrendamento e Aluguéis		6.271		6.271
Receitas financeiras		18		18
% - Base de cálculo - Receitas de Arrendamentos	32%	2.007	32%	2.007
% - Receita financeira	100%	18		18
Base de cálculo tributação		<u>2.025</u>		<u>2.025</u>
Alíquotas - IRPJ e CSLL	15%	(304)	9%	(182)
Adicional - IRPJ - 10%	10%	(178)	-	-
Total - Demonstração do Resultado		<u>(482)</u>		<u>(182)</u>

2020:

	IRPJ		CSLL	
	(%)	2020	(%)	2020
Receita com Arrendamento e Aluguéis		3.411		3.411
% - Base de cálculo - Receitas de Arrendamentos	32%	1.092	32%	1.092
Base de cálculo tributação		1.092		1.092
Alíquotas - IRPJ e CSLL	15%	(164)	9%	(98)
Adicional - IRPJ - 10%	10%	(103)	-	-
Total - Demonstração do Resultado		(342)		(98)

16. PASSIVOS CONTINGENTES

Não existem processos em aberto/pendentes contra a Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As características operacionais e a estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é pequeno. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização dos diversos instrumentos financeiros, denominados derivativos, para proteção dos riscos.

18. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia mantém apólices de seguros, por montantes considerados adequados, para cobrir danos nos seus ativos, considerando a natureza de sua atividade.

19. OUTROS ASSUNTOS – Unitização do Ativo Imobilizado

Em 2022 a Companhia irá inventariar seu ativo imobilizado. Esse trabalho consiste na contratação de empresa especializada que executará serviços técnicos de avaliações dos ativos da Companhia.

O escopo do trabalho proposto, cujo objeto estava direcionado para a organização administrativa e contábil do ativo tangível (imobilizado), consistindo basicamente nos seguintes pontos:

- ✓ Inventário físico com identificação de todos os bens que compõem o patrimônio da Companhia, sendo identificado o centro de custo, a localização física do bem;
- ✓ Conciliação do inventário físico descrito, com a posição contábil obtida; e
- ✓ Sugestão de manual de normas e procedimentos para o gerenciamento e controle dos bens de ativo imobilizado.